

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER

ELISEU DA SILVA MACHADO

PROGRAMA LUZ PARA TODOS: UMA POLÍTICA PÚBLICA INOVADORA
PARA O MEIO RURAL DE CACHOEIRA DO SUL

Cachoeira do Sul, RS

2013

ELISEU DA SILVA MACHADO

PROGRAMA LUZ PARA TODOS: UMA POLÍTICA PÚBLICA INOVADORA
PARA O MEIO RURAL DE CACHOEIRA DO SUL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Adalberto Mielitz Neto
Coorientador: Prof. Me. Irio Luiz Conti

Cachoeira do Sul, RS
2013

PROGRAMA LUZ PARA TODOS: UMA POLÍTICA PÚBLICA INOVADORA
PARA O MEIO RURAL DE CACHOEIRA DO SUL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (_____)

Prof. Prof. Dr. Carlos Adalberto Mielitz Neto
Orientador
UFRGS

Prof(a). *****
UFRGS

Prof(a). Dr. *****
Instituição
Porto Alegre ____ de _____ de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos agricultores familiares, em especial às mulheres camponesas, pela árdua tarefa de produzirem os alimentos que chegam diariamente às nossas mesas, na cidade.

“Os longos anos que levou dobrado sobre o arado e a enxada foram lhe curvando as costas e, de tanto olhar os sulcos da terra deflorada, seu rosto acabou por refleti-la como espelho e a pele curtida à intempérie parece um cercado com leivas e envergas de plantio novo.”

(Ivan Pedro de Martins - Caminhos do Sul – 3ª Ed, Movimento)

RESUMO

Este trabalho visou apresentar o Programa de Universalização do Acesso à Energia Elétrica Luz Para Todos, PLPT, tendo como território delimitado para fins de pesquisa, o município de Cachoeira do Sul-RS, buscando identificar as percepções quanto os benefícios sociais e econômicos para o universo rural, em especial, para os agricultores de menor renda. Para atingir o objetivo, utilizou-se a abordagem de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva com o método de levantamento para coleta dos dados, através de entrevistas semiestruturadas. O PLPT, implantado pelo Governo Federal a partir de 2003, promoveu significativas mudanças no meio rural brasileiro, a partir da elevação das condições de vida das famílias beneficiadas. Diferentemente das iniciativas anteriores que tiveram a mesma finalidade, o PLPT, investindo recursos do próprio sistema elétrico, garantiu a gratuidade dos custos de implantação das redes e da instalação doméstica aos usuários da energia, permitindo que famílias de baixa renda passassem a usufruir dos muitos benefícios proporcionados pela eletricidade nos dias atuais, consolidando-se, desta forma, como uma política pública de elevado alcance social. A partir da análise dos resultados da pesquisa de levantamento, realizada com 14 famílias beneficiadas pelo Programa em Cachoeira do Sul, concluiu-se que, de fato, o PLPT alcançou plenamente seu principal objetivo de oportunizar o acesso à energia elétrica aos moradores do meio rural que não possuíam renda suficiente para arcarem com os custos de instalação de rede até seus domicílios. São famílias que, por sua condição econômica, sem a existência de uma política pública que garantisse a gratuidade destas instalações, não teriam qualquer perspectiva de acesso aos benefícios da energia. A partir do Programa, a qualidade de vida dessas famílias teve visível avanço, tanto no que concerne ao conforto e ao bem estar no ambiente doméstico, na geração de trabalho e renda, bem como na participação da família na vida social e comunitária de cada localidade. Por fim, apesar de todos esses avanços gerados pelo PLPT, ainda falta uma presença maior do Estado como protagonista de outras políticas complementares, que potencializem essa nova realidade, gerando melhorias em outras áreas fundamentais, tais como, acesso à educação pública de todos os níveis, melhorias no atendimento básico de saúde, melhorias nas estradas, entre outras, para que ocorra, efetivamente, a manutenção do homem no campo em condições dignas.

Palavras-chave: Eletrificação Rural, Política Pública, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This study intends to present the *Program for Universal Access to Electricity Light for All – PLPT –*, using the town of *Cachoeira do Sul*, in the State of *Rio Grande do Sul*, as its territory for research purposes only. The study's main objective is to identify the perceptions regarding social and economic benefits for the rural environment, in particular for low-income farmers. To achieve the goal, a qualitative research approach was used, conducted in an exploratory and descriptive way. As for the survey methods, data collection and semi-structured interviews were used. PLPT was implemented by Brazilian Federal Government on 2003, and it has since promoted significant changes in Brazil's rural area as for the elevation of living conditions of beneficiary families. Unlike previous initiatives that had the same purpose, PLPT invested resources from electrical system on itself, which has guaranteed domestic power network implementation and installation to users free of charge; therefore, allowing thousands of low-income families to enjoy the many benefits provided by electricity, this way, consolidating itself as a public policy of high social reach. After analyzing the results obtained from surveying 14 beneficiary families of PLPT in *Cachoeira do Sul*, it was concluded that, in fact, PLPT has fully achieved its main objective of making electricity possible for rural residents who could not afford the cost of network installation up to their homes. These are families who, by their economic status, would not have any prospect of access to the benefits of electricity without the existence of a public policy that would guarantee these installations at no cost. With access to electricity, these families' quality of life has greatly improved, both in regards to comfort and well-being in the home environment, to job creation and income, as well as family participation in social and community life of each location. Finally, despite all these advances promoted by the program, there is still missing a greater presence of the State as the protagonist of other complementary policies that leverage this new reality, by improving other key areas responsible for maintaining these men in the field under proper conditions, such as enhancing the quality of roads and primary health care, giving them access to public education at all levels, among others.

Keywords: Rural Electrification, public policy, Rural development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Famílias Entrevistadas	27
Figura 2: Público Entrevistado	28
Figura 3: Escolaridade	29
Figura 4: Características Produtivas na População Entrevistada	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP - Agência Nacional do Petróleo

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MME - Ministério de Minas e Energia

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PLPT - Programa Luz Para Todos

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RGR - Reserva Global de Reversão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	13
1.1.1 <i>Objetivo geral</i>	13
1.1.2 <i>Objetivos específicos</i>	13
1.2 Estrutura do trabalho	14
2 METODOLOGIA DO TRABALHO	15
3 POLITICAS DE ELETRIFICAÇÃO PARA O MEIO RURAL.....	18
3.1 Políticas públicas.....	18
3.2 Políticas públicas voltadas ao meio rural	19
3.3 Políticas públicas de eletrificação rural.....	21
3.4 Programa Luz para Todos	22
3.4.1 <i>Luz para Todos e aspectos gerais</i>	22
3.4.2 <i>Caracterização do Município e do Programa Luz para Todos</i>	25
4 APRESENTAÇÃO DAS ANÁLISES DO PROGRAMA.....	27
4.1 Mudanças do ambiente familiar	30
4.2 Mudanças na vida social e comunitária	32
4.3 Mudanças nas condições de trabalho e renda	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
6 REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com os beneficiários do Programa Luz para Todos	39

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa expor e compreender o Programa Luz para Todos (PLPT), focando brevemente o processo de construção deste programa, sua estruturação e efetivação no município de Cachoeira do Sul - RS. Desse modo, analisa-se de forma mais específica em que medida o Programa Luz para Todos, enquanto política pública voltada ao campo, com foco nos mais pobres, possibilitou mudanças em vista da melhoria da qualidade de vida das pessoas beneficiadas, em especial, dos agricultores de menor renda, em vista de se entender e caracterizar como e de que forma o referido programa auxilia as famílias dos beneficiários.

A desigualdade que existia até bem pouco tempo no acesso à energia elétrica pela população brasileira, em especial, no meio rural, era apenas mais uma dentre tantas outras situações indicadoras de qualidade de vida, tais como o nível da renda familiar, de saúde, alimentação, escolaridade e de expectativa de vida. Nesse sentido, conforme Mattei (2012) a pobreza no meio rural é um fenômeno histórico e está relacionado de um modo bem peculiar à estrutura agrária do Brasil. Nessa perspectiva, aponta que os problemas de distribuição da terra estão ligados a duas questões fundamentais, a saber: de ordem jurídica e política. Isso, tem tornado o Brasil um dos países mais desiguais em nível mundial.

No que tange ao tema da pobreza no meio rural e sua caracterização, Mattei (2012), afirma que as concepções sobre pobreza não podem ser entendidas a partir do monetário (renda per capita familiar). Desse modo, é fundamental uma análise mais aprofundada sobre diversos fatores relacionados às privações, os quais podem explicar de forma mais contundente as causas estruturais que estão na raiz de geração do fenômeno da pobreza. Consequentemente, isto requer situar o debate numa perspectiva histórica, o que pressupõe entender a conformação histórica e social do país e suas particularidades, especialmente nas áreas rurais. Nessa acepção, conforme o autor, a pobreza rural não pode ser concebida como um fenômeno natural, pois se trata de um processo sócio-histórico construído pelo homem e que tem na própria ordem estrutural o seu determinante fundamental.

Nesse âmbito, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD (IBGE, 2009) indicam que 8,4 milhões de pessoas que faziam parte da população rural total (30,7 milhões de pessoas) eram classificadas como pobres (renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 207,50); e 8,1 milhões de pessoas eram classificadas como extremamente pobres (renda per capita mensal de

até 1/4 salário mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 103,75). Estes dados apontam e significam que no ano de 2009 aproximadamente 54% da população rural total era enquadrada como pobre. A distribuição espacial da pobreza rural revela que 53% do total de pessoas classificadas como pobres viviam no Nordeste, sendo que a mesma região respondia também por 70% do total de pessoas extremamente pobres (MATTEI, 2012).

No âmbito da abordagem do meio rural, de acordo com Mielitz Neto (2010), a compreensão do desenvolvimento rural no Brasil é possível, na medida em que se expande a observação para a história da relação existente entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, entre o setor primário e os demais setores da economia. É nesta histórica relação campo *versus* cidade de que aborda o autor, que se situa o modo rápido e desordenado como se deu o processo de industrialização do país, aumentando ainda mais o distanciamento entre as classes sociais e entre o mundo urbano e o rural.

O processo de urbanização, feito às pressas, jogou para um segundo plano o desenvolvimento rural por longas décadas. As cidades, em sua maioria, cresceram sem o devido planejamento e o campo deixou de receber os investimentos em infraestrutura, necessários ao seu desenvolvimento, incluindo o abastecimento de energia elétrica de forma mais universal. As várias desigualdades existentes entre o universo rural e o urbano incluem diversos aspectos, como o grau de desenvolvimento econômico, a existência de infraestrutura, o acesso a serviços básicos, o nível de renda, a escolaridade, as condições de saúde e a expectativa de vida das pessoas.

Desse modo, partindo da exposição dos dados do PNAD, (IBGE, 2009) emerge uma questão de suma importância, qual seja: por mais que em nível de Brasil a questão da pobreza rural de certa forma é escamoteada e fica à margem das grandes discussões, na ótica exposta por (MATTEI, 2012) ela ainda é extremamente expressiva no país, se configurando como um dos grandes problemas que ainda precisa ser tratado de forma mais efetiva e eficaz.

A partir da década de 1950, que compreende o processo de industrialização no Brasil, desencadeou-se outro distanciamento ainda maior das condições gerais de vida no campo e na cidade. Isso se deu devido à priorização do fator urbanização e se deixou em segundo plano o meio rural como espaço de vida e cidadania. Deste modo, a carência de infraestrutura no meio rural brasileiro se caracterizou como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, o que se tornara evidente pela migração em massa de agricultores para a cidade. Na década de 1950 a imensa maioria da população residia no meio rural, (aproximadamente 70%), panorama este

que, na ótica exposta por Mattei, (2012), em um período de 60 anos, se desenha um panorama inverso, conforme os dados oficiais divulgados recentemente, o que evidencia a configuração de uma população majoritariamente domiciliada em áreas urbanas. Em conformidade com a análise acima referida, conforme o IBGE (2010), o Censo 2010 mostra também que a população é mais urbanizada que há 10 anos: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora [2010] são 84%. Destarte, percebe-se que a conformação de uma sociedade brasileira eminentemente urbana, em que aproximadamente 85% do total da população reside em áreas consideradas administrativamente como sendo urbanas.

Frente a esta complexa realidade do meio rural brasileiro, o Programa Luz para Todos foi concebido para ser, ao mesmo tempo, um programa social e de infraestrutura, articulado com outras políticas públicas tais como os programas Bolsa Família, Habitação Rural e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tendo em vista a abordagem e compreensão deste Programa enquanto política pública, objeto deste estudo, enquanto possibilidade de melhora na qualidade de vida dos cidadãos que residem neste meio é que se desenvolve este exercício de reflexão. Nesse intuito, conforme explicitam Marconi e Lakatos (2009), um problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução, devendo clarificar as especificidades na qual se apresenta e que se busca resolver. Ainda, corrobora Gil (2009), toda pesquisa se inicia com algum tipo de problema, ou indagação, que nesta pesquisa concerne em analisar a incidência deste na qualidade de vida dos beneficiários desta política pública.

Esse estudo apresenta o seguinte problema a ser investigado: em que medida o Programa Luz para Todos, enquanto política pública voltada ao campo, com foco nos mais pobres, trouxe mudanças para a melhoria de vida das pessoas beneficiadas, em especial, dos agricultores de menor renda, no Município de Cachoeira do Sul?

O presente trabalho se justifica, posto que, no momento em que o mundo discute o modelo energético dentro da lógica do desenvolvimento sustentável, se faz necessária uma abordagem crítica quanto à divisão mais equânime de seus custos e vantagens no conjunto da cidadania. Por longas décadas, o meio rural ficou com o ônus ambiental, social e econômico da geração de energia, com a inundação de áreas para a construção de barragens, linhas de transmissão e demais obras do complexo energético, especialmente em regiões de minifúndio, sem receber, a título de retorno, os benefícios que ficavam concentrados no mundo urbano,

conforme referencia-se na análise exposta por Mattei (2012). Deste modo, a política voltada à correção desta distorção histórica merece ser estudada com maior profundidade.

1.1 Objetivos

Segundo Cervo; Bervian; Silva (2007, p.75), os objetivos “definem, muitas vezes, a natureza do trabalho, o tipo de problema a ser selecionado, o material a coletar [...] deve-se utilizar uma linguagem clara e direta em sua operacionalização”.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o Programa Luz para Todos no município de Cachoeira do Sul, como forma de identificar seus benefícios sociais e econômicos para o universo rural, em especial, para os agricultores de menor renda.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos têm a função de “aprofundar as intenções expressas nos objetivos gerais” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.75) Marconi e Lakatos corroboram essa visão ao afirmar que os objetivos específicos “têm a função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p.106). Nesse sentido, o presente trabalho apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Aprofundar o conhecimento referente ao Programa Luz para Todos, identificando suas etapas e procedimentos;
- Caracterizar o Programa Luz para Todos no contexto nacional e em Cachoeira do Sul;
- Identificar as percepções das famílias beneficiadas pelo Programa Luz para Todos em Cachoeira do Sul sobre as mudanças sociais e econômicas ocorridas em suas vidas a partir do acesso à energia elétrica .

1.2 Estrutura do trabalho

O trabalho foi estruturado de modo a oferecer uma sequência lógica de disposição das diversas abordagens que o compõem. Parte-se da introdução para o entendimento do tema, seguido do objetivo geral e dos objetivos específicos da pesquisa, que sustentarão e indicarão o caminho, o percurso e as ações necessárias para atingir os objetivos deste estudo. Em seguida descreve-se a metodologia deste trabalho, especificando como será tratada a informação, os dados captados, com o delineamento da pesquisa e os sujeitos nela envolvidos, as técnicas e os instrumentos de coleta, o tratamento, a análise e a interpretação dos dados para a obtenção dos resultados.

No momento posterior, segue-se a revisão bibliográfica com alguns elementos fundamentais sobre o tema, visando um melhor entendimento das políticas públicas, assim como o Programa Luz para Todos com suas características gerais e específicas no Brasil e em Cachoeira do Sul. Após, como resultado do trabalho empírico, apresentam-se a análise e a interpretação dos dados, com o auxílio de figuras que elucidam tais dados, seguidas das considerações finais sobre a pesquisa, assim como as referências bibliográficas e o apêndice que sustentaram a aplicabilidade dos critérios estabelecidos no trabalho.

2 METODOLOGIA DE TRABALHO

Neste capítulo apresenta-se a metodologia, isto é, o método, o caminho utilizado e percorrido para captar-se o objeto desta pesquisa, esta realidade, os dados e, posteriormente analisá-los de forma coerente, concisa e capaz de clarear a compreensão acerca da problemática em questão. Na perspectiva deste estudo, tendo em vista responder o objetivo geral de analisar o Programa Luz para Todos, no Município de Cachoeira do Sul, como forma de identificar seus benefícios sociais e econômicos para o universo rural, em especial, para os agricultores de menor renda, foi utilizada a pesquisa qualitativa com coleta de dados e análise de conteúdo, a partir de entrevistas semiestruturadas previamente elaboradas, que foram aplicadas diretamente ao público-alvo, cujo roteiro encontra-se no Apêndice A.

A pesquisa qualitativa, enquanto metodologia de abordagem, apresenta as descrições subjetivas dos eventos, sem a atribuição direta de numerologia, requerendo interpretação da opinião do entrevistado para a representação da pesquisa (HAIR et al, 2005), buscando entender motivações em amostras pequenas. Segundo Minayo; Deslandes; Gomes (2007), a pesquisa qualitativa tem preocupação com questões relacionadas às ciências sociais, que não podem ser quantificadas, existindo o interesse de adquirir os pontos subjetivos dos fenômenos, buscando garantir que dados relevantes sejam identificados. A autora afirma que, “[...] numa busca qualitativa, preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação” (MINAYO, 2004, p.102). Fonseca (2002) corrobora, nesse sentido, pois entende que na pesquisa qualitativa o objeto pesquisado possui importância maior no contexto, o que permite ao pesquisador maior proximidade com o fenômeno estudado, e permite o alcance de uma quantidade maior de fontes de dados.

Nessa acepção, em vista da metodologia de pesquisa qualitativa apresentada pelos autores buscou-se, neste trabalho, reconhecer a capacidade crítica dos entrevistados e o conhecimento acumulado que possuem de sua própria realidade. As entrevistas foram conduzidas de modo informal através de uma linguagem coloquial, como forma de estimular um espaço de diálogo, criticidade e liberdade de reflexão criando o ambiente mais adequado para a expressão do pensamento dos sujeitos envolvidos.

Em vista de perquirir o objeto de estudo desta pesquisa e atingir os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva. A pesquisa exploratória “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema” tornando, dessa forma, mais explícito para aprimorar os fatores que puderam explicar o problema (GIL, 2009, p. 28). Em relação à pesquisa descritiva, conforme Hair *et al* (2005, p. 85), os “[...] planos de pesquisa descritiva em geral são estruturados e especificamente criados para medir as características descritas em uma questão da pesquisa”.

Em suma, estas metodologias de desenvolvimento de pesquisa propiciam a descrever as características de determinada população ou estabelecimento de relação entre as variáveis, visto que a pesquisa exploratória possibilita uma ideia do campo de pesquisa desse universo, para realizar a pesquisa de campo em maior profundidade como requer a temática deste trabalho que aborda, em última análise, as condições de vida das pessoas. Quanto ao método, os objetivos específicos podem ser observados e mensurados, segundo Gil (2009), Gerhardt; Silveira (2009), pela pesquisa de campo que tem maior alcance na procura para ser representativa de um universo definido e oferece resultados caracterizados, com um aprofundamento na temática, para conclusão dos eventos coletados.

Tendo em vista a coleta de dados utilizou-se como ferramenta a entrevista semiestruturada na qual o entrevistou-se quatorze famílias. Dentre este universo, cinco delas fazem parte do Quilombo do Cambará. Além disso, outras cinco de Três Vendas e quatro da Comunidade do Piquiri, todas localizadas na zona rural de Cachoeira do Sul.

A comunidade do Quilombo Cambará é composta por aproximadamente 70 famílias negras, descendentes de escravos. Estas famílias possuem áreas pequenas de terra não superior a 5 hectares cada uma, e praticam agricultura de subsistência que, somada à venda de mão de obra, na maioria das vezes informal, em propriedades maiores ou até mesmo na cidade, completam a renda para a subsistência.

A comunidade das Três Vendas é composta, em sua grande maioria, por agricultores familiares. Dentre seus principais produtos agropecuários, destacam-se a soja, o leite e o fumo. Já a comunidade do Piquiri, por sua vez, é bastante vasta, tendo em seu interior diferentes aspectos do universo rural. Possui grandes propriedades produtoras de soja, arroz, gado, eucalipto e acácia. Ademais, possui áreas de mineração, com extração de carvão mineral e de pedras destinadas à construção civil. A região abriga muitas famílias de trabalhadores rurais assalariados ou que trabalham na informalidade, além de diversas outras

que praticam a agricultura de subsistência em pequenas propriedades, hoje isoladas pelas grandes propriedades do entorno.

Dentre a totalidade das famílias beneficiadas, em cada comunidade que faz parte deste estudo, utilizou-se como critério de abordagem, diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e atividades produtivas. O número de entrevistas oferece uma amostragem representativa de aproximadamente 2,75% do universo total de famílias beneficiadas no município. A taxa escolhida deve-se ao elevado número de domicílios contemplados com o PLPT, bem como à exaustão de respostas semelhantes, sendo este percentual considerado suficiente para o escopo desta pesquisa, na obtenção dos objetivos propostos. Para fins de identificação das famílias, neste trabalho serão usados os seguintes códigos: agricultor 1 (A1), agricultor 2 (A2), agricultor 3 (A3) e assim sucessivamente até A14.

Desse modo, foi elaborada uma análise qualitativa, a qual mostrou em que medida o referido Programa - PLPT produz impactos, melhorias na qualidade de vida das famílias beneficiárias, das famílias envolvidas neste programa, haja vista que a pesquisa qualitativa não se preocupa com números e sim com a compreensão da realidade desses atores sociais envolvidos. Em vista da tabulação dos dados, inicialmente foram transcritas integralmente as entrevistas. O passo seguinte, na sequência, se relacionou os dados obtidos em vista de se elaborar a análise de cada item questionado. Tendo em vista os dados tabulados, os aspectos semelhantes e de destaque, considerados relevantes para o escopo da pesquisa, foram destacados e transcritos, em vista de facilitar o processo de assimilação e compreensão.

3 POLÍTICAS DE ELETRIFICAÇÃO PARA O MEIO RURAL

Após termos introduzido o tema deste estudo e a metodologia que facilitará esta abordagem, na explicitação acerca do PLPT (no contexto das comunidades do meio rural e os desafios em relação à pobreza rural), busca-se maior familiarização com o tema, auxiliado por autores e fontes de pesquisa, para se entender as principais noções sobre o Programa Luz para Todos, explicitando sua concepção em nível geral para o particular que é o objeto de nosso estudo, especificamente a realidade municipal e, dentro dela, as comunidades referidas.

3.1 Políticas públicas

Segundo Matias-Pereira (2010), o termo política, consiste em uma atividade a qual se conciliam os interesses divergentes dentro de uma unidade de governo. Nessa perspectiva, o autor enfatiza que o termo “pública” se refere à coletividade. Logo, uma política pública é um processo que envolve o conhecimento ou o diagnóstico de um problema, a tomada de decisões sobre a melhor forma de solucioná-lo e a aplicação, de ações práticas, na solução deste.

Para Brandão; Palassi; Ferreira (2007), políticas públicas visam atender às demandas diversas (novas, recorrentes e reprimidas) constituindo, portanto, proposições de soluções por parte do Estado, visando resolver tais dimensões, tais demandas que emergem na sociedade civil organizada. No entendimento de Coan, as políticas públicas podem ser assim compreendidas:

Políticas públicas no campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (COAN, 2009, p. 83).

Dessa forma, elaborar uma política pública indica definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. Conforme Teixeira (2002), estas são definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são

públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Outro aspecto relevante na formulação de políticas públicas é o ímpar papel que a sociedade civil desenvolve, haja vista a sua presença cada vez mais ativa nas questões de interesse geral, o que indica a importância da publicização, aspecto fundamental neste processo. Ainda, conforme Teixeira (2002), as políticas públicas estão implicadas diretamente a recursos públicos, ou mesmo através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular relações que envolvam interesses públicos. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam relações complexas, desde interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. Daí decorre outro aspecto de suma relevância neste âmbito, qual seja, a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais.

3.2 Políticas públicas voltadas ao meio rural

O Estado brasileiro, desde as suas origens, sempre esteve ocupado com ações que afetam diretamente a vida no meio rural. Com suas ações, na grande maioria das vezes, pautadas apenas no viés econômico foi, em muitos casos, ineficiente no aspecto social. O fato de entrar no século XXI com 10 milhões de brasileiros sem acesso à energia elétrica é um dado incontestável disso.

Para Mielitz Neto (2010), as políticas públicas no Brasil voltadas a agricultura melhoraram nas últimas décadas, na medida em que a sociedade foi se tornando mais democrática, com a criação de instrumentos que possibilitassem uma participação popular maior, em especial, das camadas menos favorecidas da população.

Schneider; Fialho (2000, p. 31- 32), a partir da exposição elaborada por Campanhola e Graziano da Silva (2000) indicam possíveis iniciativas ainda não implementadas pelo Estado, no combate ao flagelo da pobreza rural. Trata-se de iniciativas entendidas enquanto políticas públicas que possivelmente poderiam oferecer melhores condições de vida, no fortalecimento do desenvolvimento rural. Com o intuito de dar conta deste desafio os autores referenciados

acima, apresentam cinco grupos de políticas públicas em vista do desenvolvimento deste meio, vejamos:

- 1 Políticas de "desprivatização" do espaço rural; criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola; - 2 Políticas de urbanização do meio rural, visando à criação de infraestrutura de transportes e comunicações, bem como à extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação; - 3 Políticas de geração de renda e ocupações não agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), proporcionando também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo; - 4 Políticas sociais compensatórias ativas, que consiste em aposentadoria precoce em áreas desfavoráveis, estímulo a jovens agricultores e renda mínima vinculada à educação de crianças; - 5 Reordenamento político-institucional, que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

Face ao explicitado, fica evidente que a questão da pobreza rural é um aspecto que determina a realidade brasileira, de um modo especial no contexto em que este estudo se desenvolve. Ou seja, mesmo que haja programas governamentais e esforços em vista de fortalecimento das populações que vivem no meio rural, as dificuldades são salientes, no sentido do exposto por Mattei (2012), o qual entende a pobreza como um fenômeno que ultrapassa um fator meramente monetário, em uma compreensão mais ampla, no sentido histórico, que vai até as raízes deste próprio fenômeno, na formação histórico-social do Brasil, e as devidas particularidades de cada contexto, especialmente nas áreas rurais.

Esse contexto mostra a importância de tais políticas públicas, na formulação de programas, e o porquê do caráter de necessidade de programas como o PLPT e, em que medida este pode ser caracterizada como uma resposta imediata a este tipo de panorama social, e de que forma ele possa ser sinônimo de garantia de melhor qualidade de vida aos beneficiários. Assim, é neste contexto que, nos anos 1990, se retoma, no âmbito do governo

federal, o debate sobre a eletrificação rural enquanto elemento estratégico da infraestrutura nacional e, ao mesmo tempo, fator de correção de desigualdade no campo.

3.3 Políticas públicas de eletrificação rural

A história da eletrificação rural no Brasil está inserida no contexto maior da história da desigualdade social no campo, em que um grupo diminuto de grandes proprietários que sempre possuiu acesso aos bens de consumo e aos benefícios da ciência e da tecnologia. Isso inclui ainda a distribuição de energia, enquanto a grande maioria dos pobres do campo ficou excluída destes benefícios, precisando até bem pouco tempo, já no século XXI, conviver com soluções rudimentares no dia após dia, como o lampião a querosene e a queima de velas.

Conforme Camargo (2010), durante muitos anos o acesso à energia elétrica no campo foi resultado de financiamentos internacionais ou de iniciativas de governos eventuais. No entanto, a experiência demonstrou que todos os entraves existentes, tais como o custo das instalações e a capacidade de pagamento da população entre outras, decorriam da falta de vontade política do Estado de chamar para si a responsabilidade pelo tema como um problema de ordem política.

Dentre as iniciativas governamentais anteriores ao PLPT, a de maior relevância foi o Programa Luz no Campo, pelo propósito de universalização do acesso à energia em todo o meio rural brasileiro. Conforme o Ministério de Minas e Energia (MME, 2010), o Programa Luz no Campo foi instituído em 3 de dezembro de 1989, por decreto presidencial. Este Programa já trazia em seus artigos, elementos inovadores, tais como promover a melhoria das condições de vida das populações rurais brasileiras e, ainda, favorecer a articulação com outros programas federais de diversos ministérios. Além disso, visava ofertar prazos e condições adequados à realidade de cada região.

Desse modo, vale referenciar e destacar o caráter nacional do Programa, uma vez que as experiências anteriores limitaram-se à jurisdição de localidades, municípios ou, no máximo, de estados federados. Apesar destes avanços, o Programa alcançou resultados incipientes e tímidos, basicamente pela falta de condições econômicas dos moradores pobres das zonas rurais em custear as despesas da instalação das redes locais de distribuição, uma vez que não havia a gratuidade destas instalações.

3.4 Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos, ao mesmo tempo em que manteve os princípios do Programa Luz no Campo, buscou garantir a gratuidade das instalações, de tal modo a implementar uma sistemática que apontaria para um nível importante de efetivação de tal programa, o que veio a demonstrar e reforçar algo que já se insinuava, isto é, que, de fato, faltava por parte do Governo maiores investimentos de capital pesado, a fundo perdido, na eletrificação rural, como um fator de promoção social e de dar cabo a uma situação simbólica de atraso do País.

Conforme o Ministério de Minas e Energia (2010), as famílias pobres do campo, sem acesso à energia elétrica, estavam impedidas de melhorar sua condição social, devido à baixa eficiência de seus ultrapassados meios de produção. Isso os condicionava a um estado precário de sobrevivência.

3.4.1 Luz para Todos e os aspectos gerais

A ausência de energia elétrica, no campo, somada a falta de tecnologia e a baixa produtividade, afetou o desenvolvimento econômico destas comunidades dificultando, inclusive, o acesso aos serviços públicos essenciais como: escola, saúde e saneamento básico.

Conforme dados do Censo elaborado pelo IBGE (2000) existia, naquele ano, aproximadamente dois milhões de domicílios rurais, nos quais residiam em torno de 10 milhões de pessoas sem acesso ao serviço de distribuição de energia elétrica, o que representava 80% da população do campo sem acesso à luz artificial. Ou seja, o meio rural brasileiro deixava de abrir grandes oportunidades de promoção do desenvolvimento do país por falta de um insumo básico como a energia elétrica.

Nesta mesma pesquisa IBGE (2010) verifica-se, ainda, que essas famílias viviam nas regiões com maiores indicadores de vulnerabilidade social e, em sua grande maioria, com renda inferior a três salários mínimos. Esse era um dado incontestável da associação entre a falta de acesso à energia elétrica e o subdesenvolvimento econômico e social. Tais circunstâncias justificavam o foco principal do Programa na inclusão social.

Conforme dados do Ministério das Minas e Energia (MME, 2010), no dia 11 de novembro de 2003, foi publicada a Lei Federal 10.762 (Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/11/2003, P. 127) que criava o PLPT, juntamente com o decreto nº 4.873 (*Diário Oficial da União - seção 1 - 12/11/2003* p. 130), que a regulamentava. A Coordenação ficou a cargo do Ministério de Minas e Energia a quem coube, ainda, a tarefa de editar o Manual Operacional (M.O) do Programa, com todo o detalhamento técnico e gerencial necessários à implantação e execução do sistema. O manual operacional do programa foi publicado em 2005 (Diário Oficial da União—seção 1- 05/01/2005 p.24). Este deixa claro que o objetivo principal do Programa é fazer com que o acesso a energia seja um grande fator gerador de melhorias nas condições de vida das famílias beneficiadas.

Segundo o MME (2010), para viabilizar o Programa foi necessário formar parcerias com os governos estaduais, as concessionárias de energia e as cooperativas de eletrificação rural disseminadas por todo o país. Para garantir a transparência do Programa, o MME definiu as regras, constantes no manual operacional pelas quais, diferentemente dos programas anteriores, a instalação da rede elétrica, incluindo o padrão de entrada nas residências, é gratuita. O Programa teve orçamento inicial de 20 bilhões de reais, sendo R\$ 14,3 bilhões verbas da União. O restante deveria ser partilhado entre governos estaduais, concessionárias e cooperativas de eletrificação. Os recursos federais foram advindos do Fundo Setorial de Energia, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR). O Manual operacional do Programa, segundo Camargo (2010) determinava, ainda, a criação de um Comitê Gestor em cada Estado, que é um fórum participativo, responsável pela priorização de atendimento e pelo acompanhamento da implementação do Programa.

A criação desses comitês previa que cada Comitê seria composto por nove representantes, sendo um do Ministério de Minas e Energia, que o coordena, um do governo do estado, um da agência reguladora estadual, um das concessionárias de energia elétrica, um das prefeituras e um das cooperativas de eletrificação rural (onde existisse). Os membros do Comitê realizavam, periodicamente, reuniões para discutirem o andamento do Programa no respectivo Estado, as dificuldades existentes, questões gerais, levantadas por qualquer um dos membros e a aprovação de novas obras. A equipe que trabalhava na coordenação do Comitê visitava as comunidades, levando informações de como participarem do Programa e de como fazerem o uso racional e seguro da energia elétrica e, ainda, acompanhava e organizava as inaugurações de obras. A coordenação buscava, também, apoio de outras entidades para

promover ações de desenvolvimento rural integrado que possibilitassem o uso produtivo da energia.

A Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. tornou-se responsável pela análise técnica e financeira do programa de obras do PLPT, apresentado pelas concessionárias de energia elétrica e pelas cooperativas de eletrificação rural. Essa empresa encaminhava ao Ministério de Minas e Energia o programa de obras analisado e liberando, após a assinatura do contrato, os recursos financeiros dos projetos. Também coube à Eletrobrás fiscalizar a execução das obras. O Sistema operacional se deu a partir da divisão do País em regiões geoeletricas com as suas respectivas empresas do sistema Eletrobrás sendo: Chesf - Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; Eletronorte - Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso; Eletrosul - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul; Furnas - Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

Do ponto de vista operacional, coube às concessionárias de distribuição de energia fazer o levantamento da demanda de eletrificação rural na região onde atuam e elaboraram o programa de obras para ser aprovado junto à Eletrobrás. Quanto ao cadastramento, o morador do meio rural, sem acesso à energia elétrica no domicílio, deveria procurar o escritório ou o representante da empresa de energia que atuasse no seu município e solicitar a instalação da luz mediante um cadastro. O manual operacional do programa (2005) definiu as prioridades de atendimento do Programa, sendo, dentre as prioridades elencadas, os municípios com menor índice de desenvolvimento humano, unidades de saúde, colégios, sistemas de abastecimento de água, agricultores assentados, indígenas e quilombolas.

Conforme o MME (2012), a meta inicial de atender 10 milhões de pessoas foi alcançada em maio de 2009, sendo que, até março de 2012, o Programa já tinha beneficiado cerca de 14,4 milhões de moradores rurais de todo o país. Nesse intuito, foram investidos 20 bilhões de reais, sendo 14,5 bilhões com recursos da União. Os cálculos do MME (2012) (ano) corroboram que as obras do PLPT criaram mais de 400 mil vagas de trabalho e ajudaram a movimentar a economia, nas regiões beneficiadas.

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério de Minas e Energia, através da qual foram entrevistadas, em todo o país, 3.892 famílias que receberam a energia elétrica em suas casas, durante o período de 2004 até o final de 2008, mostrou que 79,3% dos atendidos pelo Programa adquiriram televisores, 73,3% passaram a ter geladeiras em suas casas e 24,1%

compraram bombas d'água, entre outros equipamentos. Para 91,2% dos entrevistados a qualidade de vida se elevou. Também se comprovou que melhoraram as condições de habitação e de acesso à educação (Revista FURNAS - Ano 35, nº 370, Novembro 2009).

O Ministério de Minas e Energia estruturou, juntamente com os demais ministérios o Plano de Ações Integradas do Programa Luz para todos, visando estimular o uso da energia elétrica em projetos que gerassem trabalho e renda, especialmente na criação de cooperativas e agroindústrias familiares. A concepção das Ações Integradas foi fundamentada na articulação de políticas públicas e de programas governamentais, por meio da construção de parcerias institucionais, estabelecendo-se uma relação direta com ações de promoção e apoio ao desenvolvimento local.

Entre os parceiros do MME, no processo de integração de ações, estiveram diversos ministérios e órgãos governamentais, além de Organizações Não Governamentais (ONGs), as prefeituras e os organismos internacionais comprometidos com o progresso dos países, a exemplo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

3.4.2 Caracterização do Município e do Programa Luz para Todos

O município de Cachoeira do Sul está situado na região central do Estado do Rio Grande do Sul e, conforme o IBGE, conta com um território de 3.735 km². Possui de acordo com o censo de 2010, de 83.827 habitantes, sendo 72.929 na área urbana e 10.898 no meio rural. Cachoeira do Sul faz parte da Região do Conselho Regional de Desenvolvimento Jacuí Centro - COREDE.

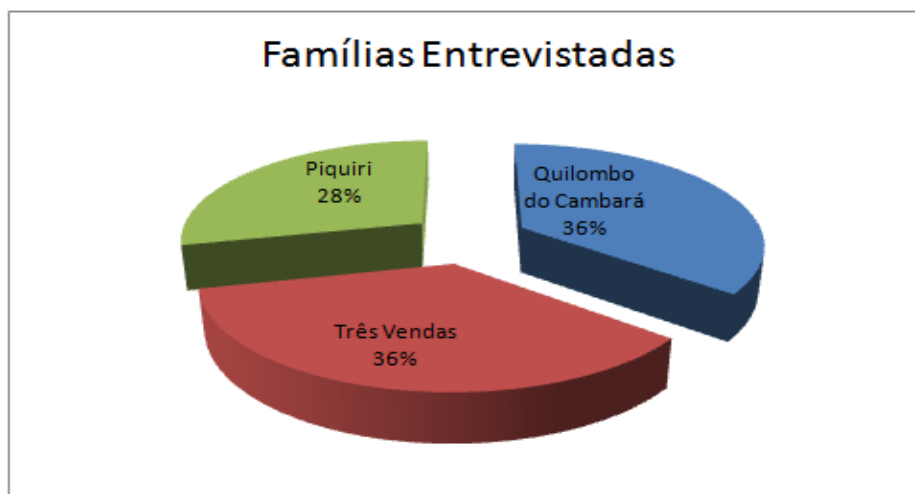
Atualmente, o Município vive novas perspectivas de desenvolvimento, com a possibilidade de instalação de um campus da Universidade Federal de Santa Maria e de um distrito industrial estadual às margens do Rio Jacuí, com a reativação da hidrovia, que está inserida dentro do projeto da hidrovia do MERCOSUL, bem como da sua interconexão com a Ferrovia Norte Sul, cujo traçado deverá passar pela região.

O Programa Luz para Todos em Cachoeira do Sul teve início em 2004, com a abertura das inscrições para as famílias interessadas em receber o benefício, junto ao escritório local da empresa concessionária local de distribuição, a AES Sul. Um total de 516 famílias, residentes no meio rural, recebeu gratuitamente o acesso à energia em diversas comunidades espalhadas uniformemente pelo território do Município.

4 ANÁLISE DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS EM CACHOEIRA DO SUL

Tendo em vista o Programa Luz para Todos em Cachoeira do Sul que desde 2004 vem sendo executado, busca-se compreender, identificar seus benefícios sociais e econômicos para o universo rural, em especial, para os agricultores de menor renda, de modo especial na delimitação deste estudo, em três localidades rurais de Cachoeira do Sul-RS, sendo elas o Quilombo Cambará, Três Vendas e Piquiri. Nesse horizonte de pesquisa, frente ao objeto de estudo, foram entrevistadas 14 famílias, o que representa 2,71% das 516 beneficiadas no Município, sendo que 36% das entrevistas foram realizadas na localidade do Quilombo Cambará, outras 36% em Três Vendas e, por fim, 28% no Piquiri, conforme a Figura 1:

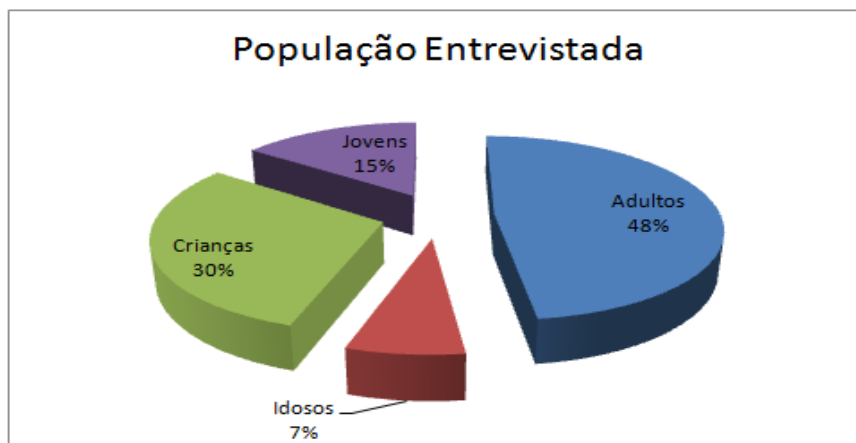
Figura 1: Famílias Entrevistadas



Fonte: Resultado da Pesquisa de campo 2013

Em relação à faixa etária das famílias entrevistadas, 48% são adultos e economicamente ativos e, 30% são crianças em idade escolar, 15% são jovens estudando e 7% são idosos aposentados, com significativa ajuda na renda familiar, conforme a figura 2:

Figura 2: Público Entrevistado

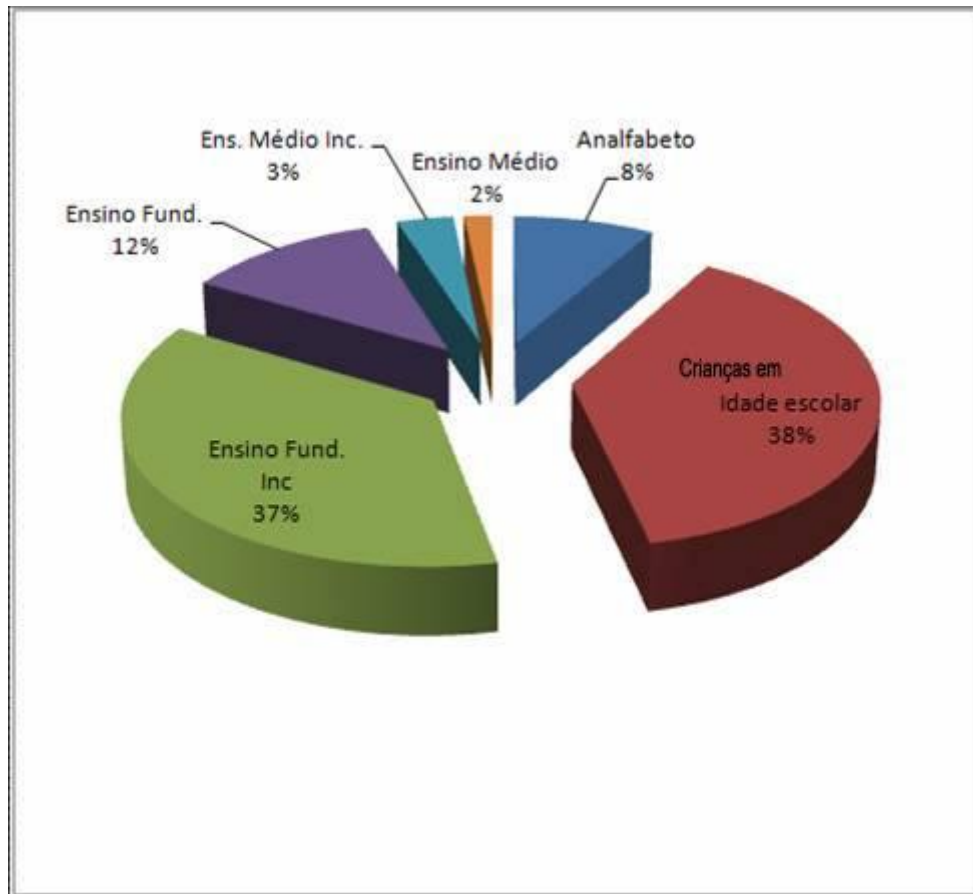


Fonte: Resultado da pesquisa de campo 2013

Frente ao ilustrado na figura 2, acima exposta, constatou-se, em boa medida, que muitos dos jovens pertencentes a estas famílias já abandonaram o campo. A maioria foi residir em outros municípios, especialmente em Porto Alegre e Região Metropolitana. Também se pode observar que, mesmo depois do benefício do Programa Luz para Todos, o fenômeno do êxodo prossegue, uma vez que não foram criadas em número suficiente, oportunidades de trabalho e renda digna. Também chama a atenção o elevado número de crianças que hoje cursam o ensino fundamental e, num futuro próximo, precisará de acesso ao ensino médio e superior, bem como de oportunidades de trabalho.

O nível de escolaridade verificado na pesquisa retrata que 8% das pessoas são analfabetas, sendo, todos acima de 60 anos. As crianças em idade escolar representam 38 % dos moradores das famílias entrevistadas e todas frequentam a escola. A grande maioria dos adultos possui ensino fundamental incompleto, com 37% dos entrevistados, representando 22 pessoas; 7 pessoas concluíram o ensino fundamental e 2 pessoas estão cursando o nível médio e 1 concluiu o nível médio. Esses dados acima indicados podem ser visualizados, conforme elucidada a Figura 3.

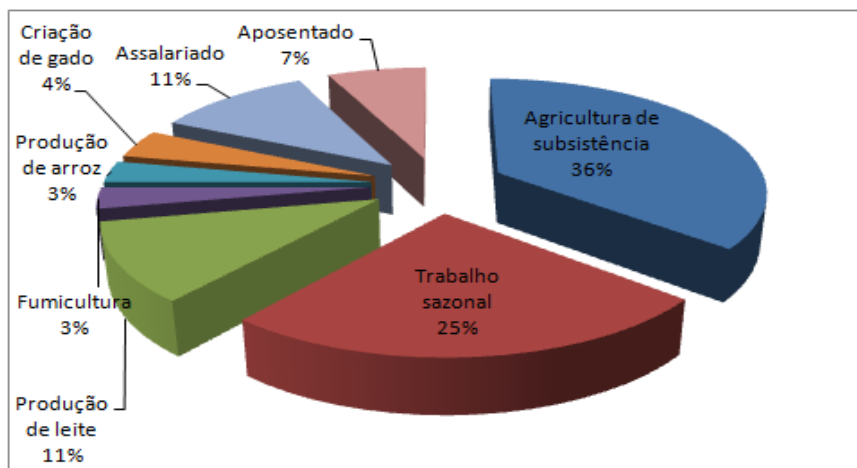
Figura 3: Escolaridade das famílias entrevistadas



Fonte: Resultado da Pesquisa de campo 2013

A pesquisa identificou que a totalidade das crianças em idade escolar está frequentando regularmente a escola. Não foi identificada qualquer manifestação de falta de apoio ou incentivo para que estas estudem. É unânime nas comunidades entrevistadas a visão de que os filhos precisam estudar, como forma de obterem condições de vida mais digna do que a dos pais. No tocante às práticas, há uma diversificação de atividades entre as famílias entrevistadas, como produção de leite, fomicultura, produção de arroz, criação de gado, assalariados, agricultura de subsistência e trabalho sazonal, conforme ilustra a figura 04:

Figura 4: Características Produtivas da População Entrevistada



Fonte: Resultado da Pesquisa de campo 2013

Observa-se, ainda, que 36% das famílias entrevistadas praticam a agricultura familiar de subsistência. São produzidos alimentos em pequena escala para o consumo familiar, tais como: mandioca, abóbora, moranga, frutas hortaliças, leite, frangos e ovos. Dos entrevistados, 25% trabalham em atividades sazonais, como a colheita do arroz, da soja e da noz pecã; 11% são funcionários assalariados nas fazendas da proximidade, 11% tem como atividade principal a produção do leite que é vendido a usinas e cooperativas da região, sendo que nenhuma é agroindústria de base familiar; 7% são aposentados e contribuem com seu salário no orçamento doméstico; finalizando com 4% na criação de gado com poucos animais devido ao tamanho das propriedades e 3% entre produção de arroz em pequena escala e na fumicultura.

A presente caracterização dos entrevistados possibilitou concluir que, de fato, o Programa Luz para Todos chegou aos mais pobres do campo, pois, na sua totalidade, são famílias que, contando apenas com recursos próprios, jamais teriam condições econômicas de arcarem com os custos de instalação de uma rede elétrica, sendo este o motivo principal pelo qual não possuíam acesso à energia antes do benefício.

4.1 Mudanças no ambiente familiar

O benefício trazido pela energia que aparece com maior destaque, por parte dos entrevistados, é o da iluminação através de lâmpadas, eliminando de vez instrumentos rudimentares como o lampião a querosene e as velas. Além de possuírem baixa luminosidade,

estes instrumentos ofereciam risco de incêndio e poluíam o ambiente domiciliar com substâncias tóxicas e maléficas à saúde. Isso fica explícito, conforme o que segue: “Aqui muitos usavam o óleo diesel, nos candeeiros, por ser mais barato que a querosene. A fumaça é altamente tóxica, trazendo problemas aos olhos e ao sistema respiratório principalmente das crianças” (membro da família A3). Tendo em vista as dificuldades de acesso que estas famílias possuem aos serviços públicos de saúde, esta melhoria é significativa em vista da qualidade de vida destas famílias, que indica, também, maior acesso à informação sobre temas de saúde e cuidados desta natureza.

A iluminação elétrica também fez com que as pessoas não mais precisassem ir dormir tão cedo, sobrando mais tempo de convivência entre os membros da família, conforme declarou o entrevistado da família A2: “Agora temos mais tempo para conversar e brincar com a nossa filha e vê-la crescer”. As longas jornadas de trabalho privam as pessoas da convivência familiar por falta de tempo e essas horas de convivência familiar, acrescidas no turno da noite, também passou a ser um diferencial positivo nos lares beneficiados.

Dentre os aparelhos eletrodomésticos adquiridos, os mais citados nas entrevistas são por ordem, a geladeira que é indispensável à conservação dos alimentos, o chuveiro elétrico que pôs fim aos banhos frios no inverno, que também traziam problemas de saúde como gripes, resfriados e asma. Também, a televisão, que passou a ser um elemento de informação e entretenimento para as pessoas de todas as idades. Isso fica elucidado a partir da afirmação que segue, de uma agricultora integrante da família A5:

Antes a gente carneava um porquinho e tinha que correr para repartir a carne na vizinhança antes de estragar, tirava só o leite que seria consumido no dia pra não ter que jogar fora, sem falar nos demais alimentos e na água morna que a gente tomava nos dias quentes. Então, pra mim, a melhor coisa de todas é a geladeira.

Por outro lado, uma jovem integrante da família A7 falou sobre o chuveiro: “Eu tinha que aquecer a água no fogão e colocá-la em uma bacia, para lavar o meu cabelo, que é comprido. Essa coisa de tomar banho em água fria, no inverno, eu tinha crises de sinusite, que provocam uma dor de cabeça que não deixa nem estudar” declarou. Ficou muito explícito ao longo do estudo que alguns eletrodomésticos trouxeram mudanças, transformações altamente relevantes para a qualidade das famílias, desde o conforto térmico em temperaturas extremas, passando pela qualidade da alimentação que, em havendo, possibilidade de armazená-la, sem que pereça, aumenta as condições de se ter uma alimentação mais diversificada e saudável.

Em relação ao acesso à informação, de modo particular a televisão como ferramenta de informação, o agricultor integrante da família C4 afirmou: “Eu gosto de olhar as notícias pra ver como vai se comportar o tempo, como estão os preços das coisas e o que o governo anda fazendo pelos agricultores. As crianças gostam mais dos filmes. Olhar o jogo de futebol na TV também é muito melhor que só escutar no rádio de pilha”. Pôde-se, desse modo, observar, que as pessoas buscam se informar e não acessam os meios de comunicação apenas para fins de entretenimento ou descontração. Desejam estar atualizadas e buscam as informações necessárias ao seu dia a dia incluindo as que dizem respeito a sua realidade produtiva. Denota-se daí a necessidade de mais programações voltadas ao meio rural não apenas para o agronegócio, mas que contemplem a diversidade do universo rural incluindo as variadas formas de vida e produção.

Ao longo do itinerário das entrevistas, não resta qualquer dúvida sobre o referido caráter de importância da eletricidade para que se possa ter condições básicas de conforto, saúde, alimentação e informação no ambiente doméstico. O contraste entre as duas realidades quais sejam, o antes e o depois da chegada da energia é muito saliente e significativo em todas as famílias visitadas.

4.2 Mudanças na vida social e comunitária

A vida mudou também nos aspectos coletivos, revitalizando as comunidades, pois a energia elétrica passou a oportunizar a realização de reuniões, cursos e atividades culturais e religiosas no turno da noite. Da mesma forma, também propiciou a realização de atividades festivas e confraternizações. Os eventos que concentram um número maior de público, tais como, bailes, festas, aniversários e gincanas passaram a contar com a utilização de equipamentos como sistema de som, iluminação, vídeo e freezers para gelar as bebidas. Estes importantes avanços na melhora da qualidade de vida, comprova-se no exposto por uma pessoa entrevistada da família A9. Assim, “A comunidade está mais organizada e unida agora. Na parte da noite o povo se junta pra discutir os problemas da comunidade, rezar e confraternizar”.

A chegada da energia também oportunizou a implantação de bens de uso coletivo como afirma uma agricultora da família A8: “Quando chegou à energia a comunidade se organizou e conquistou a instalação de um poço artesiano, que atende diversas casas e uma

antena de telefonia rural que facilitou a comunicação entre as pessoas e com a cidade”, contou. Percebe-se que a elevação nas condições de vida de cada indivíduo e de cada família, por si só, já traz uma transformação na comunidade. Entretanto, cabe referenciar os benefícios trazidos diretamente à comunidade, no acesso aos bens coletivos, materiais e culturais. As condições mínimas para que haja atividades culturais, religiosas, sociais e políticas de modo adequado foram proporcionados pelo acesso à energia propiciando a revitalização da vida em comunidade.

4.3 Mudanças nas condições de trabalho e renda

De acordo com a pesquisa, o uso da energia elétrica nos processos produtivos também trouxe melhorias das condições de trabalho e renda. A aquisição de equipamentos como trituradores, ordenhadeiras, cercas elétricas de contenção de animais, bombas de irrigação entre outros, tornou o trabalho braçal menos penoso, trouxe aumento na produção de cada propriedade e fez com que sobrasse mais tempo para outras atividades como o estudo, o lazer e a participação nas atividades comunitárias. Todo esse processo de melhorias que veio a qualificar a vida da população, conforme destacou o entrevistado que pertence a família A12. “A gente já comprou a bomba de puxar água, um triturador, uma serra circular e agora estamos economizando para comprarmos uma ordenhadeira. Estas coisas facilitam a vida porque a gente se judia menos e o serviço rende muito mais”.

Outra grande perspectiva que se abriu com o acesso à energia é a implantação de agroindústrias como forma de agregar valor à produção local aumentando a renda de cada família, inclusive com iniciativas de organização cooperativa, de associações, conforme explicou uma agricultora entrevistada, membro da família A6:

Estamos organizando uma cooperativa de produtores de leite com a finalidade de criarmos uma microusina de beneficiamento que nos permita colocar o produto no mercado com todas as condições sanitárias que a lei exige. É uma forma de aumentarmos a nossa renda e deixarmos o dinheiro gerando riquezas aqui na região, o que não acontece quando o produtor é dependente da grande indústria.

Constatou-se, desse modo, que a aquisição de instrumentos elétricos de trabalho melhorou a vida dos beneficiados diminuindo o esforço físico, gerando mais produtividade e melhor rentabilidade. Todavia, há que se admitir que em Cachoeira do Sul, até o momento, ainda são tímidos os projetos e iniciativas coletivas de uso produtivo da energia nas comunidades beneficiadas pelo Programa Luz Para Todos. Percebe-se que há vontade por parte das pessoas, no sentido de que haja novas possibilidades de desenvolvimento econômico das comunidades, mas ainda é perceptível a falta organização para a construção destas mesmas alternativas. Ainda se espera muito pelo poder público para que este tome as iniciativas, esteja aberto ao diálogo com a sociedade em busca de soluções adequadas e que sejam exequíveis aos problemas e desafios existentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o tema proposto para este estudo pode-se afirmar, a partir da percepção dos entrevistados, que o Programa Luz para Todos foi de grande valia para as famílias beneficiadas, pois, em grande medida, afirmaram que este Programa veio a melhorar a qualidade de vida nas suas várias dimensões. Pode-se, nesse âmbito, destacar, desde a melhora na vida individual de cada família, no fortalecimento dos laços familiares, quanto no sentido das relações comunitárias, na realização de atividades que propiciem maior integração entre os sujeitos, na sua sociabilidade e, até em atividades como a própria produção na própria propriedade. Ademais, vale frisar a possibilidade de repensar os modos de produção, as relações de trabalho, na perspectiva de iniciativas de cooperação e associativismo. Destarte, a implementação deste Programa aponta, além das dimensões ressaltadas, na valorização do local e na geração de renda na própria comunidade, se configurou como uma política inovadora para o meio rural em nível de Brasil.

Nesse âmbito, as entrevistas realizadas com as famílias beneficiadas pelo Programa Luz para Todos, em Cachoeira do Sul, se constituíram na principal ferramenta metodológica, para o cumprimento dos objetivos específicos, em vista de se conhecer o Programa estudado no universo local, além de identificar as mudanças sociais e econômicas trazidas à vida dessas pessoas, uma vez que elas puderam narrar às transformações que a chegada da energia elétrica propiciou ao ambiente doméstico, à vida em comunidade e a geração de trabalho e renda.

A partir da análise dos resultados obtidos, pode-se afirmar que o Programa Luz para Todos, modificou significativamente a situação das famílias e que, as pessoas estão satisfeitas com os benefícios do acesso à energia. Ao alcançar seus objetivos de verificar as melhorias trazidas pelo programa diretamente à vida das pessoas, a pesquisa concluiu que o Programa também alcançou seu objetivo maior que foi o de oportunizar o acesso à energia aos moradores do meio rural, que não possuíam renda suficiente para arcarem com os custos de instalação de rede até seus domicílios. São famílias que, por sua condição econômica, não teriam qualquer perspectiva de acesso aos benefícios da energia sem a existência de uma política pública que garantisse a gratuidade destas instalações.

Com a chegada da energia, a qualidade de vida dessas famílias teve visível avanço, tanto no que concerne ao conforto e ao bem estar no ambiente doméstico, na geração de trabalho e renda, bem como na participação da família na vida social e comunitária de cada uma das localidades, as quais fizeram parte do escopo deste estudo. Entretanto, por fim, apesar de todos os avanços gerados pelo referido programa, ainda falta uma presença maior do Estado como protagonista e agente propositor de outras políticas complementares que potencializem essa nova realidade, a partir da chegada da energia gerando melhorias em outras áreas fundamentais para manutenção do homem no campo, em condições dignas, tais como, melhoria nas estradas, acesso à educação pública de todos os níveis, melhoria no atendimento básico de saúde, dentre outras que se poderia elencar.

O Programa Luz para Todos, em Cachoeira do Sul, teve início em 2004, com a abertura das inscrições para as famílias interessadas em receber o benefício. Inicialmente a demanda perfazia um horizonte de 240 famílias inscritas. No entanto, o número foi aumentando durante a implantação do programa que foi concluído com 516 famílias beneficiadas em todo o município, nas mais diversas comunidades. Também cabe destacar que, embora em outros municípios, tenham ocorrido problemas de ineficiência de carga nas redes do Programa Luz Para Todos, em Cachoeira do Sul esta situação não foi manifestada pelos entrevistados. Entende-se que o desafio emergente neste contexto, indica na direção de que o Governo Federal, com a participação dos Estados Federados e Municípios, não descuidem das políticas públicas complementares, nestas comunidades, pois embora a eletricidade seja fundamental para a permanência do homem no campo, em condições dignas de vida, ela por si só, não é suficiente para dar conta deste grande desafio presente na atualidade.

6 REFERÊNCIAS

BRANDIÃO, Hugo Junior; PALASSI, Marcia Prezotti; FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. *Administração Pública*. Curso de Graduação em Administração, Modalidade a Distância. Florianópolis: Publicações UFSC, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009*. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/pnad2009. Acesso em: 22 de março de 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Cidades*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 20 de março de 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo Agropecuário 2011*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de março de 2013.

BRASIL Censo 2010: *População do Brasil é de 190.732.694 pessoas*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de março de 2013.

BRASIL. *Brasil sem miséria*. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br>. Acesso em: 20 de março de 2013.

CAMARGO, Ednaldo J. S. *Programa luz para todos: da eletrificação rural à universalização do acesso à energia elétrica – da necessidade de uma política de Estado*. 2010. (Dissertação

de Mestrado) – Programa de Pós-graduação em energia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COAN, Marivan. *Sistemas e políticas públicas*. Florianópolis: Publicações IF-SC, 2009.

CRUZ, Cassiano Mourad, MORÍNIGO Anna L., GODFREY Marcos. *Eletrificação Rural: Benefícios em diferentes esferas*. Publicação Incubadora de Empresas de Base Tecnológica UNICAMP da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2003.

DEMO, Pedro. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2008.

FUNDAÇÃO IBGE. CENSO 2010. *Evolução Populacional*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIR, Denise Tolfo. *Método de Pesquisa. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HAIR JR, Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Philip. *Fundamentos e Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HEILBORN, Maria L.; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia. *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPP-GeR: módulo 4*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2010.

IBGE. CENSO 2010. *Evolução Populacional*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel.php>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teorias, hipóteses e variáveis e metodologia jurídica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTEI, Lauro. *Pobreza rural: um dilema histórico*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas-pobreza-rural-um-dilema-historico>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. *Governança no setor público*. São Paulo: Atlas, 2010.

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme Adalberto. *Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil*. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Neto, Lenivaldo Manoel de Melo [e] Cláudio Machado Maia; coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MINAYO, Maria C. de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria C. de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Ucitec – Abrasco, 1994.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Luz para Todos: um marco histórico 10 milhões de brasileiros saíram da escuridão*. Brasília, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. *Pobreza Rural, Desequilíbrios Regionais E Desenvolvimento Agrário No Rio Grande Do Sul*. In: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/376.pdf>. Acesso: 23 de março de 2013.

SANTOS, B. Sousa. *A construção intercultural da igualdade e da diferença*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Marcos, V. M.; BERMANN, Célio. *O Planejamento Energético como Ferramenta de Auxílio às Tomadas de Decisão sobre a Oferta de Energia na Zona Rural*. Campinas, AGRENER 4º Encontro de Energia no Meio Rural, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. 2002. In: <http://www.dhnet.org.br/dados/>.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2013.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os beneficiários do Programa Luz para Todos

- a) Qual o número total de pessoas que residem na família?
- b) Qual o número de crianças, jovens, adultos e idosos que integram a família?
- c) Qual o grau de escolaridade dos membros da família?
- d) Qual a base da produção e da renda?
- e) Como a família descobriu o Programa Luz Para Todos?
- f) Que procedimentos foram necessários para acessar o Programa?
- g) Como era a vida antes da chegada do Programa?
- h) Como ficou a vida depois do acesso à energia?
- i) Como se ocupa o tempo disponível a partir do acesso à energia?
- j) Quais as melhorias que o Programa trouxe ao ambiente doméstico?
- k) Quais as melhorias verificadas nas condições de trabalho e renda da família a partir do acesso à energia?
- l) A família adquiriu máquinas ou equipamentos de trabalho? Quais?
- m) As tarifas de energia são compatíveis com a renda da família?
- n) O programa facilitou a participação da família nas atividades sociais, religiosas, políticas e culturais da comunidade?
- o) Em sua opinião, depois do acesso à energia, o que ainda falta ser feito?